

Meios na história, história nos meios: paradigmas para a reflexão sobre comunicação e cultura

Recebido: 26 set. 2014 Aprovado: 17 out. 2014

Márcio Souza Gonçalves*
Ericson Saint Clair**

*Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro. RJ. Brasil. Contato com o autor: msg@uerj.br

**Departamento de Artes e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras (PURO-UFF). Rio de Janeiro. RJ. Brasil. Contato com o autor: ericsonsaintclair@gmail.com

Resumo: Investigam-se as relações entre meios de comunicação e cultura a partir da crítica a um determinado modo de configurar tais relações nomeado como “epocalismo”. Observa-se a precariedade desse modelo de pensamento com o auxílio de três ramos de exemplos apresentados por autores diferentes e referentes a períodos históricos distintos: a convivência colaborativa de oralidade, manuscritos e impressos na Inglaterra do século XVII apontada por McKenzie; a interpenetração do oral e do escrito no Brasil dos anos 1800 e 1900 indicada por Marialva Barbosa; e as marcas da oralidade na pontuação produzidas no romance do século XIX demonstradas por Parkes. Em seguida, rascunha-se uma proposta de revisão da nossa herança de uma narrativa histórica teleológica, com a sugestão de uma redefinição das relações macro e micro a partir de uma ênfase especial nos aspectos microscópicos e criativos da cultura.

Palavras-chave: Meios de comunicação. Cultura. Paradigmas teóricos.

Abstract: **Media in history and history in the media: paradigms for thinking about communication and culture.** The paper investigates the relationships between media and culture, criticizing a certain way of understanding such relationships named as “epochalism”. Three classes of examples presented by different authors and related to distinct historical periods are used to indicate the limitations of this model of thought: the collaborative coexistence of orality, manuscripts and printed in seventeenth-century England pointed out by McKenzie; the interpenetration of oral and written in Brazil during the years 1800 and 1900 indicated by Marialva Barbosa; and the marks of orality in punctuation produced in the nineteenth-century novel analyzed by Parkes. Finally, an alternative paradigm is sketched, by suggesting a redefinition of macro and micro relations, with a special emphasis on the microscopic and creative aspects of culture.

Keywords: Media. Culture. Paradigm.

“Nossa civilização especializada e fragmentada, baseada na estrutura centro-margem, subitamente está experimentando uma reunificação instantânea de todas as suas partes mecanizadas num todo orgânico. Este é o mundo novo da aldeia global.”
McLuhan

“Os antropólogos não estudam as aldeias (...), eles estudam em aldeias.”
Geertz

“Esses romanos são loucos!”
Obelix

Introdução¹

A reflexão em torno da relação entre comunicação e cultura frequentemente toma a forma de uma classificação que caracterizamos alhures como epocalismo: a história seria constituída por uma sucessão de épocas, cada época sendo ao mesmo tempo internamente homogênea e diferente, em sua identidade, das épocas que a antecedem e a sucedem. Os momentos históricos seriam classificados enquanto “épocas”, formas históricas gerais. A partir disso, “o epocalismo nada mais é do que a percepção diacrônica da sucessão dessas formas sociais gerais com suas características próprias, a decorrência lógica de uma tipologia social baseada em traços gerais (intimamente ligados ao tipo de meio de comunicação presente)” (GONÇALVES & SAINT CLAIR, 2007, p. 145).

Assim, por exemplo, pode-se pensar a Modernidade e a Pós-Modernidade como duas épocas distintas, as quais, por uma questão de simetria, acrescenta-se um Pré-Moderno, definido geralmente como uma cultura holista, nos termos de Dumont (1985).

No campo da comunicação, o epocalismo, às vezes explícita, às vezes implicitamente, se faz presente. O esquema geral de aplicação do modelo epocalista no campo da comunicação é bastante simples: toma-se um dado meio de comunicação, dentre os historicamente mais importantes, para a partir da prevalência desse meio definir uma forma de existência tanto para o social quanto para as pessoas tomadas individualmente. Um meio definiria uma forma de existência e de ser tanto para a sociedade tomada em seu conjunto, quanto para os indivíduos. Pode-se, deste modo, pensar em uma cultura oral, em uma cultura impressa, em uma cultura eletrônica, em uma cultura digital; e, correlativamente, em um ser humano oral, impresso, digital etc.

¹ Uma versão preliminar do presente texto foi apresentada no encontro anual da Compós de 2013.

Claramente, a cultura oral e os homens orais seriam distintos da cultura impressa e de seus constituintes humanos, do mesmo modo que um homem de cultura oral guardaria semelhanças profundas com qualquer homem oral, o mesmo valendo para o impresso, eletrônico, digital e o que mais venha a aparecer.

Esse modelo geral de compreensão é atualizado por cada autor a seu modo (sem citar referências específicas, pode-se pensar por exemplo em Levy, McLuhan, Maffesoli, entre outros).

O que aqui se discute é exatamente a pertinência desse tipo de reflexão, epocalista, para a compreensão da relação entre tecnologia de comunicação e cultura.

Em primeiro lugar, será feita uma crítica ao modo de pensar epocalista. A isso se segue uma discussão de alternativas epistemológicas a esse modo de pensar.

Três séries de argumentos serão mobilizadas nessa crítica à concepção epocalista da relação entre meios de comunicação e cultura. Trata-se de indicar, a partir dessas séries de argumentos, que uma separação dura entre tipos de culturas, definidas a partir de determinados meios de comunicação, é analiticamente problemática.

Serão evocados, em primeiro lugar, os argumentos levantados por McKenzie, referindo-se à Inglaterra da era Moderna, contra uma separação clara entre as culturas oral, escrita, e impressa.

Em segundo lugar, diversos elementos indicados por Marialva Barbosa em sua história cultural da imprensa no Brasil, que permitem entrever misturas e hibridismos de toda a sorte.

Em terceiro lugar, a discussão, por Parkes, dos diversos recursos tipográficos e de diagramação empregados por editores e autores para que se restituísse no impresso, a partir dos séculos XVIII e XIX, a oralidade do discurso. Parkes indica como o oral se presentifica na página impressa, como a voz se faz presente na letra e aponta, em suma, para mais misturas.

A heterogeneidade destes argumentos, que remetem a diferentes contextos em diferentes momentos da história, é ela própria importante: nesses vários campos uma separação clara entre tipos de culturas se revela problemática.

A discussão de alternativas teóricas será apoiada em vários e diferentes autores e não se quer de modo algum definitiva ou conclusiva, apresentando-se antes como uma abertura de discussão.

McKenzie e o caso Inglês

McKenzie apresenta uma série de exemplos de textos do século XVII inglês para indicar o caráter híbrido entre oral, escrito e impresso daquele momento. Tais exemplos servem como base para que McKenzie se oponha à ideia de um corte produzido pela prensa e seu impacto: “Essas lembranças são oportunas pois uma frase como 'o impacto da prensa' – não importa quanto qualificada esteja – implica necessariamente um deslocamento maior do escrito como forma de registro” (McKENZIE, 2002, p. 238. A tradução de todas as citações cuja referência esteja em língua estrangeira é nossa). A retórica do impacto, assim, subrepticamente, leva a uma ideia de corte fundamental (entre épocas, podemos acrescentar), ao que McKenzie se opõe.

A essa ideia de sucessão McKenzie prefere a de que os meios operam de modo complementar e de que as coexistências são o elemento essencial para que se compreenda o processo. O escopo da discussão de McKenzie é este:

Tomando fala, manuscrito e impresso como modos complementares, eu tinha em mente perguntar sobre em que medida, no século XVII, eles eram pensados como se relacionando uns com os outros; que ansiedades existiam sobre esses diferentes modos de comunicar; que ajustes foram feitos; se sim ou não a forma física dos textos poderia ser lida como em parte afetando os sentidos portados; e como a abordagem dessas questões poderia se apoiar em trabalho recente crítico e histórico sobre textos impressos (McKENZIE, 2002, p. 238).

Não vamos aqui esgotar as ideias de McKenzie, mas apenas pinçar algumas das mais interessantes que apresentam de modo claro essa hibridização entre meios.

Em primeiro lugar, a presença maciça de manuscritos no mundo do XVII. Todo o funcionamento da burocracia administrativa dependia do manuscrito: “Todas as agências de governo, a igreja, lei, educação e comércio eram mais dependentes de registros escritos do que de registros impressos” (McKENZIE, 2002, p. 244). Havia todo um mercado de manuscritos independente do mercado impresso e o manuscrito era visto no XVII como uma forma usual de dar publicidade a textos. A grande vantagem dos manuscritos, especialmente para a produção de cópias em número inferior a 100, era a possibilidade de produção sob demanda e o menor custo, o que viabilizava a publicização de textos que, se dependessem exclusivamente do impresso, não veriam a luz (McKENZIE, 2002, p. 245). “*Stationers* de Direito, como Starkey e Collins, ofereciam o que era quase um serviço instantâneo para estudantes do *Innis of Court*, ofertando colas populares rápida e (supõe-se) de forma barata”

(McKENZIE, 2002, p. 245). Além disso, havia autores que preferiam ser lidos em manuscritos, pois o manuscrito implicava uma maior *presença* do autor do que o texto impresso (McKENZIE, 2002, p. 247).

Mas o mais interessante é o modo como nos próprios textos a diferença entre oral, escrito e impresso fica esbatida, a maneira como nos textos impressos vemos “escritores e impressores procurando limitar a diferença do impresso inventando modos para sugerir suas afinidades com a fala e o manuscrito” (McKENZIE, 2002, p. 251).

Diversos são os modos. Os textos impressos assumiam a forma de textos endereçados diretamente a alguém ou de diálogo oral. Assim, por exemplo, todo o início de *Aeropagítica* de Milton: “Adotando tal forma, Milton se torna presente para os Comuns, e mesmo assim seu panfleto é claramente escrito para ser lido, não ouvido” (McKENZIE, 2002, p. 251). O escrito se apresenta, em sua forma, como fala; o impresso era apresentado como dito:

O desenvolvimento da prensa em diferentes registros para assinalar tal variedade de formas é um dos aspectos fascinantes do comércio de livros naquela época. A “Escrita pública” de Milton é uma frase exatamente certa para seu próprio sentido de endereçamento. Esta prática de usar a prensa de modo mais geral como se *fosse* uma fala e escrita pública é encontrada em sua máxima eficiência nos gêneros informais de efêmeros, o pequeno panfleto, e a fala impressa. Há uma forma de intertroca comunicativa aqui, cuja extensão, como proporção de textos publicados, seria difícil igualar nos anos imediatamente anteriores ou posteriores ao século dezessete (McKENZIE, 2002, p. 252).

Nos catecismos nota-se claramente a presença do diálogo nos textos. Assim, pense-se em *The Observator. In Dialogue*, de Roger L'Estrange ou em *A plaine and perfect Method, for the easie vnderstanding of the whole Bible*, de Edward Vaughan (McKENZIE, 2002, p. 254).

O diálogo aparece também no modo como vários panfletos eram estruturados, de modo que o texto criticado era incluído no texto que criticava. Assim, por exemplo, *The Whipper Whipt*, de Quarles, e *Chillingworthi Novissima* de Cheynell. Uma forma de diálogo ou conversa se estabelece, dentro do panfleto, entre o texto criticado e o texto de crítica, de modo que o leitor é espectador de uma discussão.

Outro modo de presença do diálogo entre textos nos impressos do XVII é a impressão de notas marginais semelhantes às manuscritas, notas cuja função é “dialogar” com outros textos. Assim, por exemplo, John Shaw, em *Brittains Remembrancer*, se desculpa pela pouca

quantidade de notas marginais impressas; *Knaves and Fools in Folio*, por outro lado, está repleto de notas.

Mencione-se ainda, como forma de aproximação e intimidade entre o editor e o leitor, entre o texto e o olho que o lê, os diversos elementos auxiliares inseridos no Orlando Furioso traduzido por Harrington: um resumo antes de cada livro, uso de imagens, lista das principais histórias, notas marginais impressas (McKENZIE, 2002, p. 257). Essa aproximação instaura uma forma textual de *presença*.

McKenzie assim se expressa sobre o XVII:

As funções dialógica e intertextual parecem ter sido as dominantes nas formas mais comuns de impresso; elas são certamente as mais evidentes em panfletos, e são estes que mais aproximam o elemento de presença na fala e na escrita como o discurso mais tradicional (McKENZIE, 2002, p. 258).

Em síntese, o que se operava, nos casos analisados por McKenzie, era uma mistura, uma complementaridade entre os diversos meios, de modo algum uma dominância exclusiva e determinante. Os agentes, por sua vez, jogavam com todas as possibilidades existentes:

Pois a disposição tipográfica dos textos revela uma relação distinta, no século dezessete, entre oralidade e impresso. Junto com observações introdutórias de autores e de outros, ela revela que alguns falantes e escritores poderiam alegremente usar qualquer um dos modos, falado, manuscrito e impresso (McKENZIE, 2002, p. 258).

Marialva Barbosa e o Brasil

Mais uma vez, não se tem aqui a intenção da exaustividade: trata-se apenas de pinçar alguns pontos levantados por Marialva Barbosa, referentes ao Brasil dos anos 1800 e 1900, pontos que remetem para uma mistura entre oral e escrito/impresso na cultura brasileira.

Em primeiro lugar, destaque-se o curioso circuito de produção de notícias impressas, que envolvia o oral e o manuscrito: uma informação oral é transformada em carta, que gera uma notícia em um jornal na Inglaterra, notícia que é retomada em um jornal brasileiro:

No mesmo dia 10 de setembro [de 1808], a *Gazeta* publica o “Extrato de uma carta escrita a bordo da Statira”, em 16 de junho, que reproduz uma informação oral transmitida a alguém que a transforma em letras manuscritas e, posteriormente, em impresso, para ser, três meses depois, retransformada em outro impresso, agora em terras ainda mais distantes do lugar de onde se originara (BARBOSA, 2010, p. 29).

A autora conclui: “O mundo oral está inscrito na maioria das informações impressas no século XIX” (BARBOSA, 2010, p. 30).

Em segundo lugar, destaque-se que, no XIX, a presença de jornais impressos de modo algum implica a inexistência de jornais copiados à mão. Deve-se falar antes em coexistências. Esses jornais manuscritos, de pequena “tiragem”, além disso, e em função mesmo do reduzido número de exemplares, ensejam práticas de leitura conjunta e mesmo oralizada. Assim, temos o exemplo do jornal *O Paulista*, de 1823, manuscrito, cada exemplar sendo dividido entre grupos de cinco leitores (BARBOSA, 2010, p. 41). Desse momento de gênese da imprensa em São Paulo, Marialva tira duas lições: “a existência de práticas de leitura do mundo da imprensa manuscrita que se deslocam para o mundo dos jornais impressos” (BARBOSA, 2010, p. 41), sobretudo ligadas ao partilhamento da leitura e à leitura em conjunto; e, além disso, “a predisposição ao recebimento do novo meio de comunicação, o que fica evidente quando folhas manuscritas circulam antes mesmo da possibilidade da impressão” (BARBOSA, 2010, p. 41), ou seja, há uma demanda que ao mesmo tempo é parcialmente satisfeita pelo manuscrito e que favorece o impresso. Manuscrito e impresso se interpenetram de modo complexo.

Diversas marcas presentes no próprio objeto textual jornalístico, nos jornais impressos, tornam presente a cultura oral. Como diz a autora:

os próprios jornais possuem, também no início do século XIX, claros índices de oralidade. Não apenas na indicação da constituição dos sistemas de comunicação, como já mostramos, mas na forma e no tipo de informação que publicam. O *Conciliador Maranhense* edita, por exemplo, seguidamente sonetos e marcas gráficas – pequenos traços – direcionando a mudança da temática entre um assunto e outro. [...] Na edição do *Conciliador* também de 20 de fevereiro de 1822, encontramos um dos muitos exemplos desses índices. Após o título, um traço indica a pausa necessária para o início da leitura. Abaixo do título “Notícias Nacionais”, a informação de onde estaria vindo a notícia: Maranhão. Esses dois títulos são impressos em letras maiúsculas. Em seguida, mais índices de oralidade, sob a forma de síntese das notícias que ocupam as páginas seguintes [...] (BARBOSA, 2010, p. 45).

As brigas são elemento cotidiano dos jornais. Marialva Barbosa mostra como essas brigas, materializadas em uma série de insultos, têm um forte traço de oralidade. Assim, diz: "Palavras que eram para ser proferidas em alto e bom som, eram divulgadas sob a forma de textos impressos, mas continuavam governadas pela lógica da produção verbal" (BARBOSA, 2010, p. 49). Desse modo, do ponto de vista teórico, é necessário que se ultrapasse a aparência enganadora da materialidade – texto impresso – em direção a uma compreensão da lógica subjacente.

O universo dos escravos, por seu turno, universo que à primeira vista pareceria se restringir à oralidade, fornece vários indícios dessas misturas entre oral e letrado aqui abordadas. "Imersos nesse universo cultural, os escravos, mesmo sem saber ler e escrever, fazem parte de um mundo letrado e compreendem e explicam o mundo também a partir dessa lógica. Portanto, todos possuem, em maior ou menor grau, capacidade de letramento" (BARBOSA, 2010, p. 89). Essas capacidades podem ir desde o saber ler e escrever, o que não implica erradicação da oralidade de base (caso do escravo Luiz, mencionado por Barbosa na p. 89), até leituras ouvidas em conjunto, passando por leituras mediadas por imagens, por leituras indiretas por ouvir dizer etc.

As mudanças que ocorrem nos jornais no final do século XIX, sobretudo após os anos 1880, sintetizadas na palavra modernização, são correlatas do alargamento do universo dos que têm acesso à leitura e à escrita. Essas mudanças nos jornais estão inseridas em um escopo mais amplo de transformações que incluem transporte, telégrafo, alterações na dinâmica da cidade entre outras. O ponto que interessa é que essa modernização dos jornais e a criação de um cada vez maior público letrado não levam ao desaparecimento da oralidade anterior. Assim, por exemplo, "cria-se o hábito de fixar os exemplares nas portas das redações. Em torno das publicações, o público comenta, em voz alta, as últimas notícias" (BARBOSA, 2010, p. 118). Ou ainda:

Como o jornal é geralmente lido em voz alta nas rodas noturnas familiares e pelo menos quatro pessoas tomam conhecimento do conteúdo de um único número, podemos perceber a ampla circulação desses impressos na sociedade. O fato de haver alto índice de analfabetismo não quer dizer que, também, nesse momento, não houvesse leituras plurais e leitores múltiplos [...] (BARBOSA, 2010, p. 125).

A oralidade afeta mesmo a produção textual:

O texto é concebido para ser lido em voz alta e recebido pelas práticas de escuta. Seu sentido é construído pelas pausas teatrais, pela ênfase em determinados trechos, pelos gestos que completam o seu significado. O mundo da oralidade influencia a maneira como os textos daqueles impressos são construídos. São escritos para serem lidos, teatralizados, representados. São escritos também para serem reproduzidos pela memória, através da síntese que o leitor faz para um outro (BARBOSA, 2010, p. 205-6).

Devemos ter em mente, finalmente, que "os 'excluídos da história' são também leitores" (BARBOSA, 2010, p. 217), portanto participam, mesmo sendo parte de uma cultura primariamente oral, do universo das letras impressas ou manuscritas.

Parkes e a fala nos romances

Abordando o século XIX e o seguinte, Parkes indica como uma forte mistura entre oral e escrito/impresso se opera no âmbito da literatura. Tal mistura foi ativamente buscada pelos escritores em uma tentativa de fazer com que o texto eliciasse no leitor a experiência da oralidade, a experiência de "escutar" palavras que estavam, contudo, impressas.

Nos romances dos séculos dezenove e vinte, o escritor parte para explorar as possibilidades do meio escrito para criar uma ilusão – para conseguir o que Thackeray chamava "o sentimento de realismo" no romance. Diferentemente do dramaturgo, o romancista depende inteiramente do meio escrito para criar essa ilusão, e precisa invocar as experiências comportamentais do leitor para ajudá-lo a conseguir isso. Como por volta do meio do século dezenove escritor e leitor compartilham um extenso repertório de convenções gráficas, romancistas se serviam da pontuação como um instrumento da pragmática do meio escrito para sustentar suas ambições miméticas (PARKES, 1992, p. 92-3).

A situação é relativamente paradoxal, se considerarmos a história da escrita. Por um lado, os textos escritos, pelo menos até o século VI, eram percebidos como apenas um apoio para a fala (PARKES, 1992, p. 1), o que significava que o texto não era visto como um meio em si mesmo, mas como um auxílio subordinado a outro meio (oral). A essa subordinação sucede, historicamente, a percepção dos textos como autônomos, como um meio em si, autonomia que é correlata do desenvolvimento de uma série de ferramentas textuais para clarificação do sentido, tais como pontuação, diagramação etc. Sendo percebidos como um meio em si, os textos escritos passam então, lentamente, a possuir suas próprias ferramentas,

gráficas e tipográficas, de apresentação. Assim, por exemplo, as aspas, que atualmente podem servir para indicar a citação direta de um discurso dentro de um texto. É nesse contexto, em que o escrito é percebido como um meio distinto do oral, que o problema da apresentação do discurso oral se colocou para os autores de que fala Parkes.

O paradoxo é precisamente a utilização de recursos gráficos e tipográficos bastante sofisticados para dar a ilusão do oral, numa forma estranha de simulação da realidade. Como diz Anthony Trollope,

O escritor de romance, construindo seu diálogo, deve assim se manter entre a exatidão absoluta da linguagem – que daria à sua conversa um ar de pedantismo, e a desleixada inexatidão dos falantes ordinários – que se seguidos muito de perto seriam ofensivos por parecerem uma careta – para produzir no ouvido dos seus leitores um sentimento de realidade (*apud* PARKES, 1992, p. 93).

Para solucionar o problema da boa representação do oral no escrito e impresso, diversas ferramentas foram criadas ou adaptadas, tanto sintáticas e de vocabulário quanto de *layout* e de pontuação (PARKES, 1992, p. 93).

A principal convenção gráfica usada nos romances ingleses para tal propósito foi uma adaptação das vírgulas invertidas, que era originalmente uma marca de anotação, mas recentemente se incorporou no repertório de pontuação como um sinal com uma função específica (PARKES, 1992, p. 93).

As aspas são usadas assim como um modo de indicar ao leitor que o que segue é a fala tal como pronunciada por algum personagem, em uma citação ou apresentação direta. Outros exemplos são o uso por Richardson, no XVIII, de travessão ou reticências “para indicar aquelas hesitações e mudanças súbitas na direção do pensamento associadas com o discurso falado” (PARKES, 1992, p. 93). Por outro lado, “Jane Austen usou vírgulas invertidas para indicar fala indireta assim como direta, mas a usou também para dar a ilusão do 'sentimento de realismo' de outros modos mais complexos” (PARKES, 1992, p. 93).

O fato importante é que no século XIX já estão estabelecidos e padronizados recursos gráficos para indicar, em impressos ou manuscritos, diálogos. Assim, por exemplo, o uso de aspas e a abertura de linhas novas para novas falas. Esse conjunto de recursos, dado seu caráter comum e partilhado, é largamente explorado no século XX e no seguinte.

O ponto que aqui importa é que, a partir do século XIX, pelo menos, de modo claro, os autores de romances servem-se da escrita de modo a restituir no papel a presença do oral, da voz, do discurso falado, criando uma sensação de realidade. Os romancistas servem-se assim de recursos de diagramação, pontuação, e invocam igualmente a experiência do leitor, para esbater a fronteira que separa o papel do som, o escrito do falado, a voz da letra. O caso extremo são os fluxos de consciência, tão presentes na literatura do século XX, onde o oral é de tal forma automatizado que prescinde da voz, desfilando diretamente na mente do personagem e, por via de consequência, do leitor. O oral, o escrito, o impresso se imiscuem uns nos outros na experiência de leitura.

Mais uma vez, a ideia de uma separação clara entre oral, manuscrito e impresso não se sustenta: tem-se um jogo de bonecas russas em que a menor inclui a maior.

Alternativas teóricas

A partir do que expusemos até agora, uma constatação possível de ser feita seria a de que é preciso refinar a investigação histórica relativa aos meios de comunicação e os “tipos” de cultura a que dariam voz. A compreensão da história ocidental a partir do domínio de meios que favorecem culturas específicas (oral, escrita, eletrônica, etc) raramente resiste ao contato com material histórico detalhado. Se as fissuras do modelo argumentativo aqui denominado como “epocalismo” se dão a partir da confrontação de suas generalizações com material levantado empiricamente, seria lógico deduzirmos que bastaria uma pesquisa histórica mais precisa para que produzíssemos um modelo teórico mais consistente para a abordagem desse problema.

Ocorre que dificilmente poderíamos defender algo como uma “pesquisa histórica mais precisa” sem repensarmos as bases a partir das quais seria construído o olhar daquele que se empenharia nessa tarefa, sob risco de recairmos em uma provável naturalização da escrita da história. Em outras palavras, mais do que defendermos, como alternativa ao epocalismo, um trabalho empírico histórico “mais acurado”, talvez fosse preciso delimitar alguns princípios gerais (aqui apenas rascunhados de modo incipiente para levantar o debate) acerca de uma possível epistemologia para a descrição histórica das relações entre tecnologias da comunicação e cultura.

Deste modo, sugerimos alguns pontos a serem levados em consideração nesta proposta de reformulação. Se entendemos como improdutivo o atual estado de boa parte das interpretações epocalistas por conta de suas simplificações extremas e recorrência a hipóteses

dualistas da história, a reconstrução do olhar voltado às relações entre meios de comunicação e cultura passaria obrigatoriamente por uma reavaliação das ferramentas metodológicas e conceituais de análise dessas relações.

O primeiro desafio com que precisamos lidar é a arraigada herança de uma perspectiva teleológica da história que se encontra profundamente presente em nossas pesquisas da área de comunicação. Não se trataria de um privilégio de nossa área, mas algo constitutivo da própria escrita da história desde ao menos o século XVIII. Como sustenta o historiador alemão Reinhart Koselleck, até meados daquele século, o termo história (*Historie*) foi preponderantemente utilizado no plural, com o intuito de narrar fenômenos particulares, sem relação necessária entre si (histórias de guerras, histórias de cidades). É a partir de então que o uso da nomenclatura História (*Geschichte*) no singular passa a designar

tanto a sequência unificada dos eventos que constituem a marcha da humanidade, como o seu relato (a História da civilização ou dos progressos do espírito humano). A essa “singularização” semântica da História, que expressa a inclusão de toda a humanidade em um único processo temporal, corresponde a sua transformação em objeto de teorias políticas e filosofias que imaginam poder apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido (JASMIN, 2006, p. 11).

Esta alteração da semântica do tempo histórico carrega consigo uma pesada ontologia que se concretiza, em menor ou maior grau e a despeito das valorações que se possam apontar, tanto na filosofia de Hegel como no positivismo de Comte, tanto no marxismo como nos textos de McLuhan. Como sugere Marcelo Jasmin, em seu comentário à obra de Koselleck,

Se as histórias (no plural) guardavam a sabedoria acumulada pelos exemplos do passado para servir de guia à conduta presente, evitando a repetição dos erros e estimulando a reprodução do sucesso, a História (como um singular coletivo) tornou-se uma dimensão inescapável do próprio devir, obrigando toda ação social a assumir horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal (JASMIN, 2006, p. 11).

Na perspectiva epocalista dos meios de comunicação aqui problematizada, esta “dimensão inescapável do próprio devir” parece assim manifestar pouco ou nenhum espaço de manobra para nós e para nossos sentidos. A complexidade da mente humana e sua interrelação com os sentidos é reduzida a uma monótona sequência: do oral para o escrito, do

escrito para o eletrônico, do eletrônico para o digital. Há um espírito legalista e algo repressor no epocalismo. Lembremos Deleuze:

a generalidade é da ordem das leis. Mas a lei só determina a semelhança dos sujeitos que estão a elas submetidos e sua equivalência a termos que ela designa. (...) *Ela os condena a mudar. Forma vazia da diferença, forma invariável da variação, a lei constrange seus sujeitos a só ilustrá-la à custa de suas próprias mudanças.* [...] A lei reúne a mudança das águas à permanência do rio (DELEUZE, 2006, p. 21, grifo nosso).

Assim, ao epocalismo não parece interessar uma observação das surpreendentes mesclagens de que a criatividade humana (coletiva ou individual) é capaz, como vimos nos três grupos temáticos que abordamos acima (nos manuscritos e jornais da Inglaterra do século XVII, no Brasil nos anos 1800 e 1900 e nas marcas gráficas da oralidade no romance do século XIX).

Neste ponto, avaliamos proffcua a tentativa de produção de um olhar que perceba as inúmeras variações singulares presentes na construção do cotidiano dos diversos atores em cena na vida social, suas peculiares produções de sentido para além de engessadas classificações redutoras.

Poderíamos considerar este olhar como um privilégio da visão microscópica em relação à macroscópica, que revela a riqueza da percepção humana em contato com os diferentes meios de comunicação. Porém, não se trata apenas disso. O privilégio da visão microscópica não anula a visão macroscópica, mas a transforma completamente, visto que altera suas bases de apreensão. Assim como o privilégio da visão macroscópica produz uma visão microscópica restrita a elementos que dependem da tirania da generalidade, a atenção primeira à visão microscópica remodela o que, em seguida, e a partir dela, se consideraria uma visão macroscópica, que funciona sob outro regime que não é nem o da generalidade nem o do microscópico. Essa espécie de esforço epistemológico, portanto, não se pauta pela substituição de um maniqueísmo (macro que determina micro) por outro (micro que determina macro), mas sim pela produção de novos modos de apreensão do micro e do macro, relacionados, mas independentes.

É preciso ressaltar, deste modo, que este olhar microscópico, para de fato ser efetivo, deve desvincular-se de uma relação de subserviência ao olhar generalista macroscópico. Com isso queremos dizer que a percepção do singular, nesta proposta, não seria um mero “estudo de caso” de um quadro geral. Não se trata de buscar a comprovação da tese generalista a partir da dissecação do caso particular. Por outro lado, também não se trata de generalizar leis gerais

após a avaliação de um caso singular. Em outras palavras, não se busca submeter o singular ao geral predeterminado, seja para confirmá-lo ou rejeitá-lo. A pergunta mais adequada seria: por que criar grandes categorizações no lugar de buscar, pelo contrário, um conhecimento científico do particular?

O debate sobre o estabelecimento formal de uma abordagem microscópica está presente na recente historiografia ocidental desde pelo menos a década de 1970, com os historiadores italianos da revista *Quaderni Storici* e, a partir dos anos 80, em uma coleção dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi na Editora Einaudi com o título *Microstorie*. No que diz respeito ao nosso problema, mais do que propor uma micro-história dos meios de comunicação ou aderir a uma escola específica de pensamento, sugerimos aqui uma visada mais atenta ao conjunto de problemas colocados por estes historiadores.

Talvez um dos principais problemas a serem observados quando da adoção de um olhar microscópico ao social seja o risco de os trabalhos se perderem em um conjunto descoordenado de monografias descritivas sem possibilidade de dedução de movimentos históricos mais gerais. Sem descartar a dificuldade, Giovanni Levi defende todavia que “o problema é mais aquele de como podemos elaborar um paradigma do conhecimento do particular, embora não rejeitando a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular” (LEVI, 1992, p. 158). Este conhecimento científico do particular, pela sua própria negação apriorística de grandes classificações, será sempre provisório, sempre passível de revisões. O olhar microscópico termina por “ampliar o campo de indeterminação” (LEVI, 1992, p. 159) da história.

Assim, a construção de um olhar microscópico não deve ser compreendida como uma lente de aumento sobre uma realidade homogênea em todos os seus aspectos. De fato, ao recriar as condições de conhecimento ao nível microscópico, produz-se necessariamente uma outra realidade conhecida, com regras particulares que dificilmente poderão ser deduzidas das grandes representações coerentes de um olhar macro. Não é o problema que define o recorte, mas o recorte que define o problema. Logo,

variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável) (REVEL, 1998, p. 20).

Nos estudos comunicacionais, este privilégio do particular poderia ser concretizado com uma descrição intensiva das fontes (LEVI, 1992, p. 151) seguida de uma análise intensiva das mesmas (BARROS, 2007). Neste sentido, o trabalho de debruçar-se sobre arquivos históricos é crucial. O gesto inicial de pesquisa seria um profundo mergulho nos arquivos disponíveis e o estabelecimento de uma relação honesta com o objeto investigado. Esta honestidade implica incorporar à pesquisa prováveis “hesitações e tateamentos” (BARROS, 2007, p. 177) que naturalmente surgem quando não se é guiado por uma ambição totalizadora. As lacunas do arquivo, os diversos pontos de incerteza, tudo isso passa a fazer parte de um viés de pesquisa que parte da premissa radical da indeterminação conceitual do devir histórico.

Defendemos que os resultados encontrados seriam de fato mais ricos se pudessem ser frutos da interpretação intensiva de fontes, que permitiria configurar um sempre provisório conhecimento particular do objeto, e não uma mera junção de dados empíricos para confirmar uma realidade previamente interpretada a partir de uma visão da história como uma sucessão de épocas homogêneas em si mesmas. Sendo assim, trabalhamos com as ambiguidades, e não contra elas (BARROS, 2007, p. 184). Logo, antes de buscarmos irrefletidamente as generalizações redutoras, poderíamos iniciar nossas pesquisas em comunicação nos perguntando qual seria a razão desta nossa necessidade de totalização.

Considerações finais

Neste breve texto, procuramos fomentar o debate acerca das relações entre meios de comunicação e os diversos aspectos da cultura a partir da crítica a um determinado modo de configurar tais relações que nomeamos como epocalismo. Em uma primeira parte, observamos a precariedade desse modelo de pensamento com a contraprova de três ramos de exemplos apresentados por autores diferentes e referentes a períodos distintos: a convivência colaborativa de oralidade, manuscritos e impressos na Inglaterra do século XVII apontada por McKenzie, a interpenetração do oral e do escrito no Brasil dos anos 1800 e 1900 indicada por Barbosa e as marcas gráficas da oralidade produzidas no romance do século XIX demonstradas por Parkes. Em seguida, rascunhamos uma proposta de revisão radical de nossa herança de uma narrativa histórica teleológica apoiada em uma redefinição das relações macro e micro a partir de uma ênfase no aspecto microscópico e criativo da cultura.

Os exemplos a que nos referimos mostram-nos que é de fato possível materializar-se uma concepção pluralista das relações dos meios de comunicação com a cultura. Nesse viés,

os sentidos culturais operados pelos e nos meios de comunicação não são predeterminados por características apriorísticas dos mesmos. Eles estão abertos no próprio jogo incessante e impermanente dos inúmeros atores sociais, com suas necessidades próprias, individuais e coletivas, sua criatividade pessoal ou de grupo. Sob a ansiedade de tornar simples o que é certamente complexo, podemos assim estar justamente encobrimo a beleza de nossa criatividade e diversidade humanas em sua relação com os aparatos comunicacionais.

Referências

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da micro-história. In: **OP SIS**, v. 7, n 9, jul-dez 2007.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 2006.

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme – Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne** Paris: Seuil, 1985.

GONÇALVES, Márcio Souza; SAINT CLAIR, Ericson. Antes Tarde do que nunca: notas sobre as contribuições de Gabriel Tarde para a análise da articulação entre comunicação e cultura. In: **Galáxia**. São Paulo, n. 14, p. 137-148, dez. 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

McKENZIE, Donald F. **Making Meaning: “Printers of the Mind” and Other Essays**. Edited by Peter D. McDonald & Michael F. Suarez, S.J.. Amherst, Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

PARKES, M. B. **Pause and Effect – An introduction to the History of Punctuation in the West**. Burlington: Ashgate, 1992.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (Org). **Jogos de escalas: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.